

Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino*

Valdeniza Maria Lopes da Barra**

Resumo:

O texto põe em cena as disputas em torno da organização material de uma escola feminina oitocentista, por meio da análise das posições oficiais da Inspeção Geral de Instrução Pública de São Paulo e da professora da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Capivari. A produção de aspectos constituintes do dispositivo da transmissão simultânea de ensino é discutida a partir da abordagem da cultura material escolar, no confronto entre os materiais (móveis e utensílios) definidos como necessários para o uso das escolas paulistas de primeiras letras (anos de 1850) e, além disso, a solicitação de materiais requeridos pela professora. Os possíveis usos e arranjos dos objetos sobre o espaço de funcionamento da escola em questão parecem transformar o mesmo espaço, conferindo-lhe novos sentidos ao mesmo tempo em que se delineiam os contornos de um modo de organização da escola.

Palavras-chave:

espaço escolar; ensino simultâneo; mobiliário; utensílios; cultura material.

* Este estudo constitui parte do trabalho realizado no mestrado, com o título: *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. Trabalho vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1997-2001.

** Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora adjunta de pesquisa e pós-graduação da Unidade Universitária de Inhumas – Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenadora do projeto de pesquisa “Projeto Educacional da Sociedade Goiana do Século XIX”, Núcleo de Cultura Material Escolar.

Possible relations between material aspects (space, furniture and utensils), ways of school organization and education interventions

Valdeniza Maria Lopes da Barra

Abstract:

The text evidences the competition around the material organization of an eighteen century feminine school, through the analyses of the officials positions of the Inspetoria Geral de Instrução de São Paulo and of the teacher from the specialty of the feminine sex's first letters from Vila de Capivari. The production of the constituent aspects of the device of the simultaneous transmission of education is argued from the school material culture's boarding, in the confrontation between the materials (furniture and utensils) defined as necessary to the schools of first letters's use (in the 50's of the XIX century) and, by another side, the material request proposed by the teacher. The possible use and arrangements of the materials on the functioning of this school's space seems to transform it, conferring new meanings to it, at the same time that delineates the contours of a way of school's organization.

Keywords:

school space; simultaneous education; furniture; utensils; material culture.

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Santos, 2006, p. 63

Pensar algumas possibilidades de constituição da forma de transmissão simultânea de ensino por meio da disposição de móveis e utensílios na casa onde funcionava uma escola feminina de primeiras letras em meados do século XIX, eis a proposta deste trabalho. A abordagem da cultura material, neste estudo, abrange a preocupação com a organização de possíveis intervenções de ensino diante do mobiliário, do espaço e dos utensílios disponíveis para a escola de instrução elementar paulista por duas perspectivas, a oficial (Comissão de Móveis e Utensílios da Inspeção Geral da Instrução Pública de São Paulo) e a perspectiva de uma professora. A grande maioria das escolas existentes no século XIX funcionava em espaços não edificadas para a finalidade escolar, sendo que muitas escolas ocupavam parte da casa onde residiam os professores (Barbanti, 1977; Hilsdorf, 1986; Wollf, 1992; Faria Filho & Vidal, 2000; Faria Filho & Vidal, 2005; Barra, 2001; Barra, 2005). Explorar a condição espacial de funcionamento das escolas oitocentistas corresponde ao confronto com a existência de um serviço público que se dava em domínio privado, de igual modo, explorar a condição espacial corresponde a pensar a provisão de tais espaços e a implicação dessa provisão sobre as relações ali existentes. Parece pertinente lembrar Santos (2006, p. 62) para quem “o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”.

O espaço é palco inalienável da relação entre objetos e ação que, por sua vez, transforma e redefine sentidos para o espaço. Daí atentar para o mobiliário proposto para a escola da metade do século XIX, considerando, à maneira de Baudrillard (1968), que é o móvel que “assegura a cronologia regular das condutas”. Se o móvel instaura a regularidade da conduta, a negociação entre a quantidade e as medidas da banca ou do banco necessários às práticas de ensino ganha relevo nos processos de constituição do espaço escolar. A instituição de um certo tempo regular de condutas dos alunos constitui umas das aspirações do mode-

lo escolar de transmissão simultânea e pode ser viabilizada com um determinado mobiliário. De igual modo, os utensílios escolares povoam o espaço escolar, mediam relações entre móvel, espaço, ações. Trata-se de “ferramentas”, “extensões materiais” (Hall, 1994, p. 76-77) do exercício docente e discente da atividade escolar em constituição.

O interesse central deste texto está circunscrito a alguns aspectos dos textos normativos de 1846 e o de 1851 na definição da instrução paulista e algumas de suas implicações sobre as práticas escolares. Para tal, reúne o conjunto de dois textos normativos (lei de 1846 e regulamento de 1851), tabelas de móveis e utensílios e relatórios de professores e inspetores. É sabido que o primeiro texto normativo da instrução pública brasileira (lei de 1827) definia que o método mútuo deveria ser adotado pelas escolas de primeiras letras, sendo comum os professores alegarem a inexistência das condições materiais como motivo que justificava seu não emprego. A imposição quanto ao método mútuo traduzia-se nos textos normativos provinciais, como se poderia verificar no texto normativo de 1846 em São Paulo. Entretanto, nota-se que a legislação paulista deixa de especificar o método de ensino que deveria ser adotado nas escolas públicas de primeiras letras no texto de 1851, momento em que se criou a Comissão de Móveis e Utensílios, cuja função era estabelecer a Tabela de Móveis e Utensílios que seriam usados nas escolas paulistas. Aparentemente, a falta de especificação do método e a determinação dos móveis e utensílios usados nas escolas teria sido uma tentativa de dissociar a relação entre método e material escolar. Enquanto se silenciava sobre o método de ensino, o modo de organizar a escola, de acordo com o texto normativo de 1851, era definido pela composição dos alunos em “decúrias” – o que constitui uma referência de método, ou será de modo de organizar a escola. Nesse ponto, o cruzamento entre a proposta de materiais apresentada à escola pela Comissão de Móveis e Utensílios e aquilo que esta solicitava constitui uma possibilidade de explorar as contradições existentes no intervalo dado pela proposta da comissão e as condições dadas pelos espaços de funcionamento das escolas.

Destaca-se então o episódio ocorrido na Vila de Capivari, em meados dos anos de 1850. Lá, a professora responsável pela escola feminina da

localidade não apenas questiona os móveis e utensílios “necessários” do ponto de vista da Comissão de Móveis e Utensílios como sugere os móveis de que precisa. Na tabela criada pela professora, dois aspectos chamam a atenção. O primeiro diz respeito às condições de espaço que dispõem em sua casa para a finalidade do exercício do magistério, incompatíveis com as medidas do mobiliário proposto pela Comissão de Móveis e Utensílios. O outro aspecto está relacionado com o modo como a referida professora percebe os diferentes graus de adiantamento de suas alunas e, por conseguinte, as suas concepções sobre o modo de agrupá-las (modo de organizar a escola) mais adequado para as devidas intervenções (métodos de ensino).

As escolas públicas de primeiras letras deveriam funcionar em local que não era definido. Entretanto, a questão receberia o seguinte tratamento da lei:

O governo procurará fornecer edificios proprios para n'elle se estabelecerem as escolas, havendo-os publicos; e não os havendo fará promover a promptificação d'elles por meio de subscrições nas localidades. Fornecerá aos professores os utensilios precisos. Emquanto o governo não puder fornecer edificios, e nem conseguir por meio das subscrições, continuarão as aulas a este respeito como actualmente [artigo 45, lei n. 34, 16 mar. 1846].

A provisão material das escolas seria de competência do inspetor geral, a quem cabia a responsabilidade de “organisar uma tabella da mobilia, e utensis que cada escolla primaria ou secundaria deve ter com declaração do valor e duração de cada um” (artigo 4º, § 14, Regulamento da Instrução Pública, de 8 de novembro de 1851). O inspetor geral também deveria ofertar “a forma e o modelo para a escripturação dos livros de moveis e utensis, e o das matriculas dos alumnos, os quaes todas as escolas primarias e secundarias são obrigadas dóra em diante a ter” (artigo 4º, § 13, Regulamento da Instrução Pública de 8 de novembro de 1851). A provisão das escolas seria, portanto, controlada, em livro, por meio de inventário dos móveis e utensílios ofertados às escolas.

Ao que tudo indica, a Tabela de Móveis e Utensílios “necessários” às escolas de primeiras letras foi elaborada pelo reverendo Ildefonso

Xavier Teixeira, pelo professor da escola normal, dr. Manoel José Chaves, e pelo professor de primeiras letras, sr. Antonio Augusto de Araujo. Os três integravam a Comissão de Móveis e Utensílios da Secretaria da Inspeção Geral de Instrução Pública paulista. Portanto, a tabela seria elaborada para a provisão das escolas de primeiras letras que funcionavam em lugares não edificadas para o fim escolar, escolas em que o método de ensino não era especificado pela legislação da instrução.

Logo, os móveis e utensílios escolares definidos pela tabela eram materiais básicos que deveriam adaptar-se à condição dada pelos espaços de funcionamento das escolas e a qualquer orientação metodológica que guiasse as práticas escolares. Observe-se que os procedimentos das legislações de 1827 e 1846 diferem de forma explícita em alguns pontos: um deles, o que aqui interessa, é a relação entre material e método. A lei de 1827 prescrevia o método de ensino mútuo, método este que exigia, para sua implementação, materiais e espaço específicos. Já na reforma da instrução elementar introduzida pela lei n. 34 de 1846 havia um dispositivo que estabelecia a criação de uma comissão que devia definir os materiais usados pelas escolas, mas não especificava o método de ensino.

Tratava-se, pois, de indicar móveis e utensílios que viabilizassem a prática do ensino das matérias determinadas pela lei, num “modo de ensino” organizado pela divisão dos diferentes graus de adiantamento dos alunos em “decúrias”, isto é, numa “forma” de ensino na qual se agrupavam os diferentes níveis de adiantamento dos alunos.

A Tabela de Móveis e Utensílios “necessários” às escolas de primeiras letras correspondia à definição dos materiais que instrumentariam as práticas de ensino, que não tinham um princípio de “método de ensino” determinado por lei, mas os materiais escolares previstos pela tabela seriam usados para o ensino de matérias definidas pela lei. Em síntese, a lei circunscrevia as matérias, os materiais escolares, o número mínimo de alunos e a duração das aulas, mas não indicava o “método de ensino” que deveria ser empregado no exercício do magistério de primeiras letras, restringindo-se à definição do modo de organização dos alunos em diferentes classes de níveis de adiantamento. Todas as definições normativas estariam condicionadas a uma “escola” marcada pela heterogeneidade de graus de adiantamento.

A produção da primeira versão definitiva da Tabela de Móveis e Utensílios “necessários” às escolas públicas de primeiras letras da província de São Paulo deu-se em 1854. No ano de 1852, a Secretaria Geral de Instrução Pública de São Paulo encaminhou uma versão inicial da tabela à Escola Feminina de Capivari. Era responsável por essa escola a professora Innocencia Querubina Teixeira do Amaral, que registrou: “Accuzo a recepção do officio de V. S. de 8 de março do corre. anno, e bem assim com elle a tabella de mobilia, e utensis, e modello de matricula” (Relatório da professora Innocencia Querubina Teixeira do Amaral encaminhado ao inspetor geral “substituto” Diogo de Mendonça Pinto, Capivari, 28 de março de 1852, 4917 05, AE, MIP). A tabela chegava em letra cursiva e distinguia o “material escolar” em “Moveis precisos” e “Utensilios” (ver Tabela 1).

No retorno para a Secretaria da Inspetoria Geral de Instrução Pública, em 1852, a tabela levava anexo um relatório que informava sobre as condições espaciais de funcionamento da Escola Feminina de Capivari. As medidas da “escola” pareciam não comportar as do mobiliário estabelecido pela tabela:

A salla de Aulla e em casa de minha rezidencia allugada a 55\$rs. annuaes, e tem 25 palmos de frente com 20 de fundo, expansão esta, que não é sufficiente pa. bem accomodar as discipulas, especialmente no Estio, cujo calor se torna muito veemente” [Relatório da professora Innocencia Querubina Teixeira do Amaral encaminhado ao inspetor geral “substituto” Diogo de Mendonça Pinto, Capivari, 28 de março de 1852, 4917 05, AE, MIP].

Ao informar as medidas da sala de aula, a professora Innocencia revela também a preocupação com a salubridade do “lugar” onde ensina, comprometido especialmente no verão. A Escola Feminina de Capivari era freqüentada por 24 “meninas”. As medidas da “escola” eram “25 palmos de frente com 20 de fundo”, o que significa que a “escola” tinha 5,5m de frente por 4,4m de fundo, uma área de 24,2m². Assim, cada “menina” da escola de Capivari poderia contar com área equivalente a pouco mais de um metro quadrado. A professora Innocencia, entretanto, reclamava a dificuldade de acomodar as alunas, um problema que se

Tabela 1
Tabela de materiais escolares (1852) – Capivari (SP)

Moveis precisos		Orçada
1	Meza de 5 palmos em quadra	10\$
1	Cadeira sobre o estrado pa. o Mestre	10\$
10	Mochos para as Meninas	4\$00
2	Mesas de 8 palmos de comprimento, e 4 de largura	16\$00
2	Bancos de 20 palmos	8\$00

Utensílios		Quantidade
Papel almaço	Resmas	3
Da. de peso	Resmas	1
Pennas de ferro		
Pennas de Aves	Massos	10
Lápis	Massos	6
Pautas		20
Tinta	Garrafas	8
Pedras		10
Exemplares [sic] pa. Leitura		12
Bastardo, Bastardinho pa. Traslados de cada espécie		12
Traslados de Curcivo		24
Cartas de sylabas		16
Cartilhas		20
Gramatica do Pe. Ignacio Filizardo		

Fonte: Tabela de Móveis e Utensílios encaminhada à Escola Feminina de Capivari, em 1852, 4917 05, AE, MIP.

agravava durante o “estio” – e mais ainda com as medidas de mobiliário previstas pela tabela da Secretaria de Instrução Pública. Cada um dos dois bancos teria 4,4m de comprimento, cada uma das duas mesas 1,76m de comprimento por 0,88m de largura, além dos 10 mochos e dos móveis

de uso da professora: cadeira, mesa e estrado. Uma simulação da disposição do mobiliário previsto na primeira versão da tabela de móveis encaminhada à escola de Capivari revela que tanto a heterogeneidade como as medidas dos móveis possibilitariam diversos arranjos da “escola” da professora Innocencia (ver Figuras 1, 2 e 3).

Tabela 2

Tabela de materiais escolares (1854) – Capivari (SP)

Relação de Mobilia e Utensilios para a Aula do sexo feminino d’esta Villa para 24 Meninas			
4 bancos de 12 palmos			16\$000
2 Mesas de 6 palmos de comprimento; e 4 de largura			12\$000
1 mesa de 5 palmos em quadra, e 1 cadeira sobre um estrado correspondente para á Mestre			15\$000
6 Mochos para as Meninas escreverem			6\$000
Utensilios	Para cada 20 Meninas	Quantidade	Duração
Papel almaço		2 resmas	um anno \$600
Pennas de áves	Idem	200	\$3000
Ditas de ferro	Idem	100	1\$280
Lapis de ferro	Idem	24	0\$480
Pautas	Idem	20	1\$600
Tinta	Idem	8 garrafas	3\$200
Pedras	Idem	5	2\$400
Réguas	Idem	4	1\$280
Exemplares para leitura	Idem	24	Não há aqui
Traslados de ligações bastardo-bastardinho		50	4\$000
Cathecismos		12	15\$300
Cursivo de cada especie			
Canivetes		6	2\$400
Grammatica de Padre Ignacio Felizardo Fontes		4	

Fonte: 4917 07, AE, MIP.

O mobiliário da escola pública estava condicionado às medidas do espaço doméstico, nesse caso, parte da casa da professora Innocencia. Isso se modificaria quando a escola pública viesse a funcionar em espaço público. A professora Innocencia criou outra tabela a partir do modelo enviado pela Secretaria de Instrução. Na nova tabela (ver Tabela 2), encaminhada em 14 de junho de 1854, há variações nas medidas e nas quantidades do mobiliário de uso das alunas. As variações propostas pela professora Innocencia induzem a pensar que ela considerava a disposição espacial e a distribuição do serviço escolar, entre outras questões.

No dia 7 de novembro de 1855, a professora Innocencia recebeu quantia para a aquisição dos materiais relacionados na Tabela 3.

As variações entre o pedido e a oferta do mobiliário que seria adquirido para a escola de Capivari podem ser verificadas em três momentos (ver Tabela 4): os materiais preestabelecidos pela tabela de 1852, os materiais solicitados pela professora em 1854 e os materiais relacionados na tabela final (1855).

As diferenças entre a solicitação realizada em 1854 e a efetiva aquisição de utensílios em 1855 podem ser visualizadas na Tabela 5.

Em relação a quase todos os utensílios orçados na tabela de 1854, ocorre diferença no valor efetivamente fornecido para a sua aquisição, geralmente inferior ao previsto. Das duas resmas de papel solicitadas (9\$600), duas resmas deveriam ser adquiridas por 7\$200. Das 200 penas de ave solicitadas (3\$000), 200 deveriam ser adquiridas por 1\$600

Tabela 3
Tabela de materiais escolares (1855) – Capivari (SP)

Móveis			
Quant.	Descrição	Medidas	Custo
5	Bancos	10 palmos	22\$500
5	Bancas	10 palmos	22\$500
1	Mesa		
1	Cadeira		40\$000
1	Estrado		

(continua)

(continuação)

Utensis			
Quant.	Descrição	Medidas	Custo
1	Campainha pa. a Professora		40\$000
1	Canivete fino idem		1\$600
1	Porção d'Esponjas		\$640
5	Garrafas de tinta		2\$400
18	Lousas		6\$480
18	Canetas		3\$240
2	Canivetes ordinarios	400	\$800
60	Traslados surtidos	30	1\$800
Utensis para 18 alumnas pobres			
6	Grammaticas	1:280	7\$680
6	Cathecismos	800	4\$800
2	Resmas de papel	3.600	7\$200
200	Penas de Ave	800	1\$600
36	Lapis	40	1\$440
5	Regoas	160	\$800
10	Pautas	20	\$200
18	Taboadas	40	\$720
			130\$000
Utensis entregues na Secretaria			
1	Tinteiro e arieiro pa. a Professora		
1	Porção de Lapis de pedra		

Fonte: “Villa de Capivari – Cadeira de 1as. letras do sexo feminino. Nota das quantias entregues a D. Innocencia Querubina do Amaral. Professora publica de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Capivary por seo procurador; João José d'Oliveira”, 7 de novembro de 1855, “Livro de registro dos utensis, e as quantias fornecidas para a compra dos mesmos, e dos moveis que forem fornecidos aos estabelecimentos á Instrucção Publica d'essa Provincia”, E1124, AE, MIP.

Tabela 4
Mobiliário da escola de Capivari (SP)

1852	1854	1855
Uma mesa de 5 palmos em quadra	Uma mesa de 5 palmos em quadra	Uma mesa
Uma cadeira sobre um estrado	Uma cadeira sobre um estrado	Uma cadeira, um estrado
Dez mochos	Seis mochos	Cinco bancas de 10 palmos
Duas mesas de 8 palmos por 4 palmos	Duas mesas 6 palmos por 4 palmos	Cinco bancos de 10 palmos
Dois bancos de 20 palmos	Quatro bancos de 12 palmos	

Fonte: Tabelas 1, 2 e 3.

(as penas de ave deveriam ser distribuídas entre as 18 alunas pobres). Para as 100 penas de ferro e os 24 lápis de ferro solicitados (1\$760), a escola de Capivari receberia 1\$440 para comprar 36 lápis. Para as 20 pautas solicitadas (1\$600), receberia \$200 para a compra de dez pautas. Para oito garrafas de tinta (3\$200), receberia 2\$400 para adquirir cinco garrafas. Para as quatro régua solicitadas (1\$280), a secretaria dava \$800 para a compra de cinco régua. Foram solicitados 24 exemplares de livros de leitura; provavelmente, um para cada aluna, o que constitui indício da prática de ensino simultâneo da leitura. À solicitação de 50 traslados (4\$000), corresponderam 1\$800 para a compra de 60 unidades de “traslados sortidos”. Em vez dos seis canivetes (2\$400), destinavam-se \$800 para adquirir dois canivetes ordinários. Quanto aos 12 catecismos solicitados ao custo total de 15\$300, era dado 4\$800 para a aquisição de metade, ou seis catecismos que deveriam ser usados pelas alunas pobres. Em lugar das quatro gramáticas do padre Ignacio Felizardo Fortes (1\$200 cada unidade), proporcionava-se a aquisição de seis gramáticas pelo valor unitário de 1\$280. Por fim, quanto às cinco pedras solicitadas pelo custo de 2\$400, davam-se 6\$480 para a compra de 18 lousas.

Tabela 5
Utensílios da escola de Capivari (SP)

1854	1855	Observações
	uma campainha	para a professora
seis canivetes	dois canivetes ordinários	
	uma canivete fino	para a professora
	uma porção de esponjas	
oito garrafas de tinta	cinco garrafas de tinta	
cinco pedras	18 lousas	
duas resmas de papel almoço	duas resmas de papel	para alunas pobres
200 penas de ave	200 penas de ave	para alunas pobres
100 penas de ferro	36 lápis	para alunas pobres
24 lápis de ferro	uma porção de lápis de pedra	em estoque na Secretaria
	18 canetas	
50 traslados: bastardo, bastardinho, cursivo	60 traslados sortidos	
20 pautas	10 pautas	para alunas pobres
quatro régua	cinco régua	para alunas pobres
24 exemplares para leitura		
	Um tinteiro e arieiro	para a professora (em estoque na Secretaria)
quatro gramáticas	seis gramáticas	para alunas pobres
12 catecismos	seis catecismos	para alunas pobres
	18 tabuadas	

Fonte: Tabelas 1, 2 e 3.

Para as “5 pedras” solicitadas, concederam-se “18 lousas”. Note-se que o valor unitário da “pedra” era de \$480 e o da “lousa” \$360. Enquanto a professora Innocencia se refere àqueles utensílios como “pedras”, a Secretaria de Instrução emprega o termo “lousas”. Mas as cinco

pedras, referidas no plural, eram lousas de uso individual. As pedras solicitadas pela professora não podem ser confundidas com a “pedra” maior, geralmente recomendada para o uso de aritmética. Aliás, essa pedra nem sempre era considerada utensílio: às vezes, estava relacionada entre móveis (bancos, mesas e estrado). Para designar esse material, a Secretaria de Instrução empregava a expressão “pedra grande”. Em abril de 1854, uma “pedra grande” podia ser adquirida ao custo de 6\$000 (cf. “Importância paga ao professor João Antonio de Oliveira Campos para a compra de móveis e utensílios para a Cadeira de Primeiras Letras do sexo masculino localizada na Freguesia do Braz”, 8 de abril de 1854, “Livro de registro dos utensis, e as quantias para a compra dos mesmos, e dos moveis que forem fornecidos aos estabelecimentos á Instrucção Publica d’essa Provincia”, assinado pelo secretário da Instrução Pública, Manoel Costa Silveira, E1124, AE, MIP), um valor bem superior ao custo unitário das “pedras” (\$480) ou das “lousas” (\$360). A diferença entre a quantidade de pedras solicitadas e das lousas recebidas mostra que a professora Innocencia pensava o emprego individual desses utensílios e a Secretaria da Instrução visava ao seu emprego simultâneo.

Havia utensílios que não eram previstos pela tabela de 1854, mas deveriam ser adquiridos pela professora Innocencia com a quantia oferecida pela Secretaria de Instrução em novembro de 1855. Esses utensílios eram uma campainha, um canivete (fino, para a professora), esponjas e tabuadas (para as 18 alunas pobres). A diferença entre o valor previsto pelo orçamento de 1854 para o de 1855 representa uma economia de 5\$840, valor que provavelmente resultava da realização de alguma tomada de preços pela Secretaria da Inspeção Geral de Instrução Pública.

As variações quanto aos utensílios encontrados no processo de provisão material da escola de Capivari não podem ser encaradas apenas do ponto de vista da redução de custos, pois, ao operar no terreno das finanças, a Secretaria da Inspeção Geral de Instrução Pública atingia a organização escolar do ensino. Os procedimentos de redefinir o material a ser empregado pela escola, o preço a ser pago por sua aquisição e a quantidade de material constituem mostras de um serviço público que está em vias de racionalização ou burocratização. A Secretaria da Ins-

trução Pública registrou a oferta de utensílios à escola de Capivari em três partes. A primeira foi denominada “utensis”; a segunda, “utensis para 18 alumnas pobres”; e a terceira, “utensis entregues na Secretaria”. Esta última parte constitui indício de que a secretaria tinha alguns materiais em estoque. Não há registro de custo para “1 porção de Lápis de pedra” e “1 Tinteiro e arieiro para a Professora”. Tanto os utensílios solicitados como os que seriam efetivamente adquiridos eram materiais que instrumentariam o ensino das matérias previstas para a primeira cadeira do Ensino de Primeiras Letras, destacadamente o ensino de leitura, escrita, aritmética e doutrina cristã.

O confronto entre os móveis e os utensílios da tabela encaminhada pela professora Innocencia no mês de junho de 1854 e os da tabela final (novembro de 1855) é exercício que supera a questão financeira, para redesenhar a disposição espacial da organização do ensino da escola feminina de Capivari. A relação entre o *pedido* e a *oferta* é condição fértil para refletir sobre as possibilidades de “fazer com” e de *fazer como* da escola feminina de Capivari. Para Viñao Frago (1998, p. 175), a “análise histórica das modalidades de organização e disposição de pessoas e objetos em sala mostra sua relação com o sistema ou método pedagógico seguidos”. Ainda segundo esse autor, “é possível analisar a configuração física e a disposição interna de pessoas e objetos em dependências concretas” (idem, ibidem).

A professora Innocencia não menciona a maneira como pretende dispor os móveis e utensílios previstos em 1854 tampouco aqueles materiais relacionados na tabela de 1855, mas sugere algumas pistas. Ela sabe que a Secretaria da Instrução Pública não faz diferença entre alunas pobres e “alunas”, quando o problema é a provisão de mobiliário escolar – o que parece razoável, tendo em vista que o mobiliário é constituído por peças de uso permanente. Pediu quatro bancos de 12 palmos, duas mesas de 6 palmos de comprimento por quatro palmos de largura e “6 mochos para as meninas escreverem”; recebeu cinco bancos de 10 palmos e cinco bancas de 10 palmos. Parece que a professora definia a quantidade e a medida dos móveis de uso das alunas de acordo com as dimensões da própria sala de aula – “25 palmos de frente, com 20 palmos de fundo” – e o agrupamento das alunas segundo os diferentes

níveis de adiantamento que as “meninas” apresentavam. Cada banco de 12 palmos de comprimento, cada mesa tinha 6 palmos de comprimento. O banco tinha o dobro do comprimento da mesa, logo, o arranjo entre os dois resultaria numa ponta enorme de banco que, com certeza, seria incômoda. É provável até que fosse colocada uma mesa ao lado de outra; assim juntas, as mesas teriam o mesmo comprimento dos bancos. A união de uma mesa a outra não tirava a mobilidade de ambas, que, dessa maneira, comportariam talvez diferentes níveis de adiantamento das alunas – o que, por sua vez, implicaria o uso de diferentes utensílios.

A seguir (Figura 1), serão propostas as simulações de três possíveis maneiras de organizar a sala, segundo o mobiliário previsto (Tabela 1) e as dimensões espaciais do local de funcionamento da sala de aula da Vila de Capivari.

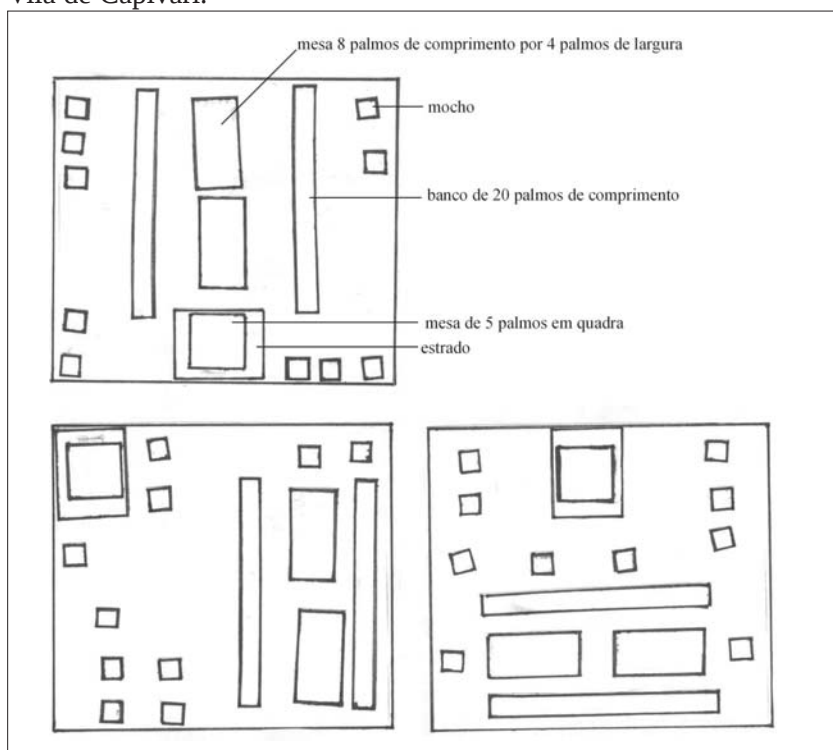


Figura 1: Simulação 1: três possíveis arranjos da sala de Capivari com o mobiliário solicitado pela professora (Tabela 1) e as dimensões espaciais relatadas por ela, professora Innocencia Querubina do Amaral, 28 mar. 1852 (p. 6).

A preocupação com a largura da mesa revela a possibilidade de agrupar alunos de ambos os lados, isto é, a medida da largura permite o uso dos dois lados da mesa. Um grupo de alunas sentaria diante de outro. Mas podia ser diferente, e as pontas dos bancos que não tivessem correspondência com o comprimento das mesas seriam preenchidas com “6 mochos para as meninas escreverem”, de cuja necessidade a professora Innocencia não tinha dúvidas. O mocho é um banco sem costas para uma só pessoa se sentar, podendo ser de formato quadrado ou redondo. A professora Innocencia sabia quem eram as meninas que usariam os bancos individuais. Sabia da lição de escrita que seria dada com o emprego dos mochos em atendimento ao nível de adiantamento das atividades de escrita das seis meninas que, decerto, precisavam da intervenção *individual* que os bancos maiores não comportavam (ver Figura 3).

A professora Innocencia parecia pensar o mobiliário de sua escola a partir das possibilidades de agrupamento das alunas e tinha, portanto, uma concepção de método de ensino implícita. Provavelmente, pretendia empregar o método de ensino misto, já que tal modalidade reúne as orientações dos métodos de ensino individual e simultâneo.

A Secretaria da Instrução Pública, por seu turno, considerava a existência das 18 alunas pobres no conjunto total de 24 alunas e demonstrava-se atenta às medidas da sala onde funcionava a escola feminina de primeiras letras de Capivari, mas contrariava a solicitação da professora.

A seguir (Figura 2), serão propostas simulações de três possíveis maneiras de organizar a sala, segundo o mobiliário previsto (Tabela 2) e as dimensões espaciais do local de funcionamento da sala de aula da Vila de Capivari.

O procedimento da secretaria revela-se nos móveis relacionados na tabela de novembro de 1855: cinco bancos de 10 palmos e cinco bancas de 10 palmos. O mobiliário definido pela secretaria na tabela de 1855 não proporcionava muitas possibilidades de arranjo da escola, isto é, com cinco bancos e cinco bancas, todos de 10 palmos, não havia muitas maneiras de disposição do mobiliário. Os bancos tinham o mesmo comprimento das mesas, fato que reforça a possibilidade de que a disposição das bancas e dos bancos fosse de modo que as meninas não ficassem sentadas uma de frente para outra, como seria se houvesse mesas largas dispo-

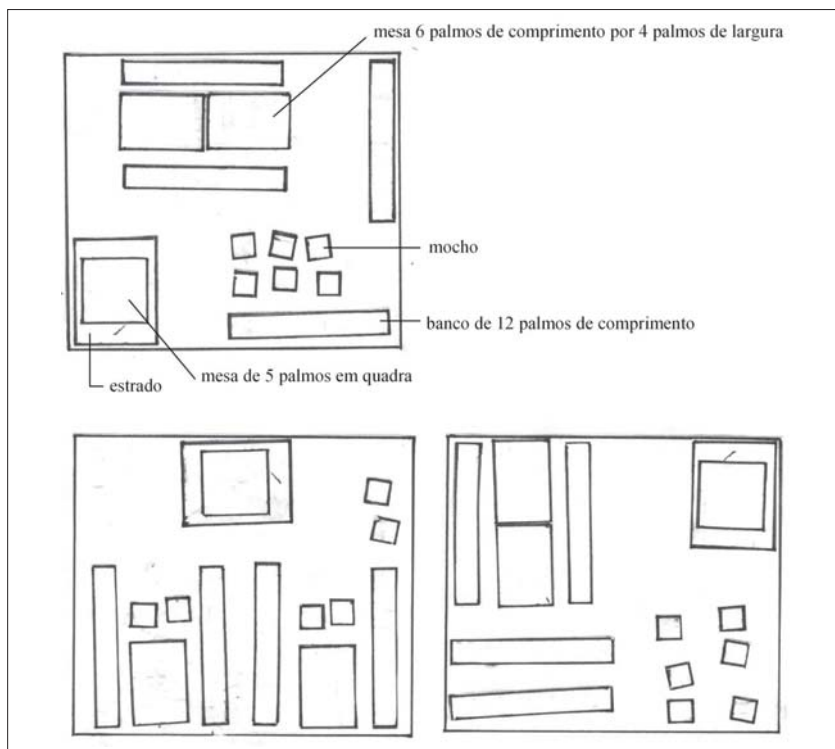


Figura 2: Simulação 2: três possíveis arranjos da sala de Capivari com o mobiliário sugerido pela secretária (Tabela 2) e dimensões espaciais relacionadas pela professora Innocência Querubina do Amaral, 28 mar. 1852 (p. 6).

níveis. Banca e banco com 10 palmos de comprimento e sem qualquer menção à sua largura podem ser indícios de uma disposição espacial em que as alunas deveriam sentar-se umas atrás das outras. Os bancos ficariam uns atrás dos outros, intercalados, é claro, por uma banca em que estariam dispostos os utensílios empregados nas lições de ensino.

Enfim, apenas um dos lados da banca de 10 palmos podia ser usado. Esse destaque é importante, pois pode tratar-se de uma disposição semelhante ao modo de organização do ensino simultâneo. Os conjuntos de bancos e bancas de uso dos alunos seriam organizados em fileiras, de modo que se arranjassem no conjunto com os demais móveis de uso do professor: uma mesa, uma cadeira e um estrado. As fileiras de bancos e bancas dos alunos teriam seu lugar definido pelo lugar dos

móveis de uso do professor, lugar que lhe permitiria ver todos os alunos e por todos ser visto. Assim, pode-se afirmar que, embora “não dito”, a tabela final de móveis e utensílios induzia a uma concepção de método – nesse caso, o método de transmissão simultânea de ensino.

A seguir (Figura 3), serão propostas simulações de três possíveis maneiras de organizar a sala, segundo o mobiliário previsto (Tabela 3) e as dimensões espaciais do local de funcionamento da sala de aula da Vila de Capivari.

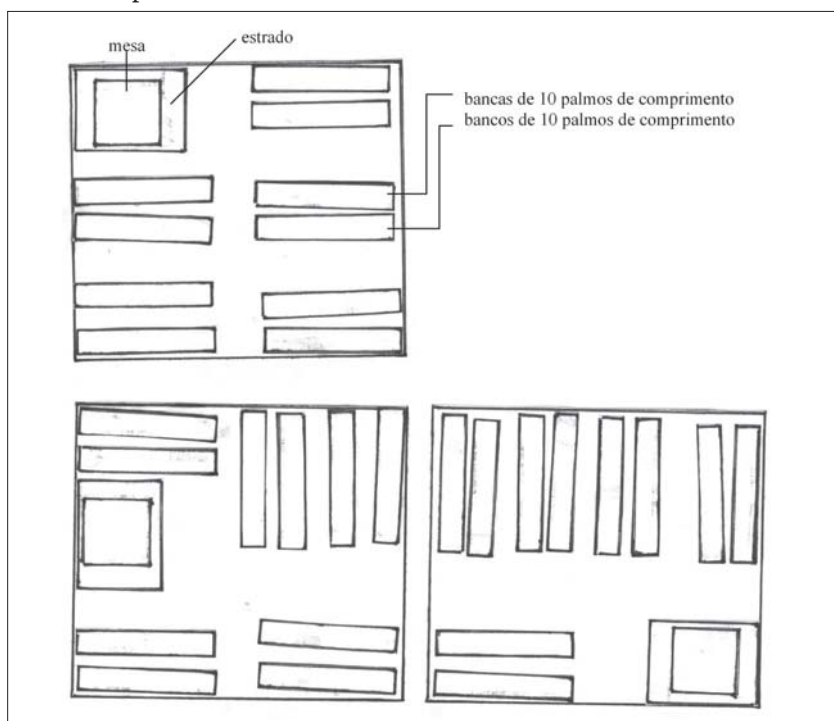


Figura 3: Simulação 3: três possíveis arranjos da sala de Capivari com o mobiliário definido pela secretária (Tabela 3) e as dimensões espaciais relatadas pela professora Innocencia Querubina do Amaral, 28 mar. 1852 (p. 6).

A homogeneidade do mobiliário impedia maiores variações nos arranjos da “escola”. O mobiliário marcava a especificidade da escola feminina de Capivari, escola pública que funcionava em espaço doméstico.

Os móveis que proveriam o interior daquela “escola” *escolarizavam* a casa da professora Innocencia.

Entre os móveis solicitados pela escola feminina de Capivari (1854) e os móveis relacionados na tabela final (1855), há que se destacar o mocho, banco tosco, de assento quadrado ou redondo e sem encosto. Presente na tabela da Secretaria da Inspeção Geral de Instrução Pública de 1852, reincidente na solicitação da professora Innocencia em 1854 e relacionado na lista de materiais da cadeira masculina da Freguesia de Campo Largo de Sorocaba em 15 de setembro de 1854 (cf. Orçamento da “Mobília, utensis que demanda a Escola de primeiras letras da Freguêsia do Campo Largo de Sorocaba” assinado pelo professor Luiz Gonçalves da Rocha. Campo Largo, 15 de setembro de 1854, 4920 02, AE, MIP), o mocho deixaria de ser recomendado em 1855. Não há registro dessa espécie de móvel no inventário dos móveis e utensílios que foram oferecidos às escolas públicas da província de São Paulo entre os anos de 1854 e 1872.

Em suma, a lista definitiva dos materiais que seriam efetivamente adquiridos pela Escola de Capivari no ano de 1855 era produto de uma negociação tácita entre os agentes da Secretaria da Inspeção Geral de Instrução Pública e a professora Innocencia. Tratava-se de uma operação que transitava entre os materiais “necessários” do ponto de vista da secretaria e os materiais “necessários” do ponto de vista da professora. Ou, parafraseando Pesez, trata-se daquilo que “a história da cultura material proporciona: as condições de trabalho, as condições de vida ou a margem entre as necessidades e sua satisfação” (1990, p. 211).

Referências bibliográficas

BARBANTI, M. L. S. *Escolas americanas de confissão protestante*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

BARRA, V. M. da. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *Briga de vizinhos: um estudo dos processos de constituição da escola paulista do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares nos processos de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

_____. Os tempos e os espaços escolares nos processos de institucionalização da escola primária no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. de & VIDAL, D. G. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 41-72.

HALL, E. T. *A linguagem silenciosa*. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

HILSDORF, M. L. S. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. *Paedagogia Historica, International Journal of the History of Education*, v. 1, p. 353-382, 1995.

PESEZ, J. M. História da cultura material. In: LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.

VIÑAO FRAGO, A. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. Culturas y civilizaciones. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE HISTORIA CONTEMPORÁNEA, 3., 1998, Valladolid. *Anais...* Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998. p. 167-183.

WOLFF, S. F. S. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992.

Documentos normativos

COLLECÇÃO das Leis do Império do Brazil, 1854. Tomo I.

SÃO PAULO (Província). *Lei n. 34, 16 de março de 1846*. Leis Provinciaes de São Paulo.

_____. Regulamento “Para a Comissão Inspetora das escolas de Primeiras Letras”, de 25 de setembro de 1846.

_____. Regulamento da Instrução Pública, de 8 de novembro de 1851.

Documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo

TABELA de móveis e utensílios encaminhada à escola feminina de Capivari, em 1852, 4917 05.

RELAÇÃO de Mobilia e Utensilios para a Aula do sexo feminino d'esta Villa Para 24 Meninas, encaminhada pela professora Innocencia à Secretaria de Inspetoria Geral de Instrução Pública, 4017 07.

RELATÓRIO da professora Innocencia Querubina Teixeira do Amaral encaminhado ao inspetor geral "substituto" Diogo de Mendonça Pinto, Capivari, 28 de março de 1852, 4917 05, AE, MIP.

"NOTA das quantias entregues a D. Innocencia Querubina do Amaral. Professora publica de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Capivary por seo procurador; João José d'Oliveira", 7 de novembro de 1855; "Livro de registro dos utensis, e as quantias fornecidas para a compra dos mesmos, e dos moveis que forem fornecidos aos estabelecimentos á Instrucção Publica d'essa Provincia", E1124, AE, MIP.

"LIVRO de registro dos utensis, e as quantias para a compra dos mesmos, e dos moveis que forem fornecidos aos estabelecimentos á Instrucção Publica d'essa Provincia", assinado pelo secretário da Instrução Pública, Manoel Costa Silveira, E1124, AE, MIP.

ORÇAMENTO da "Mobilia, utensis que demanda a Escola de primeiras letras da Freguêsia do Campo Largo de Sorocaba" assinado pelo professor Luiz Gonçalves da Rocha. Campo Largo, 15 de setembro de 1854, 4920 02, AE, MIP.

Endereço para correspondência:

Valdeniza Maria Lopes da Barra

Rua 59 A, 666 – apto. 701 – Ed. Cartier

St. Aeroporto – Goiânia-GO

CEP 74070160

E-mail: dabarra@yahoo.com.br

Recebido em: 5 mar. 2007

Aprovado em: 18 jun. 2007